

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM PRISÃO
29 DE AGOSTO DE 2016. UCP - PETRÓPOLIS/RJ
GT MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E PRISÃO

Ensino de técnicas de gerenciamento do stress no cárcere:
análise da experiência no Complexo Prisional do Curado/PE

Caio Matias Lia Fook¹

Jéssica de Farias Santos Paraíso²

Renan Nascimento Araújo³

Resumo:

O Complexo do Curado, localizado em Recife - PE, é formado por três unidades prisionais e apresenta um superencarceramento associado a uma habitual violação dos direitos humanos. Apesar de a situação do local ser conhecida pela sociedade e de já ter sido apresentada ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, nenhuma melhoria concreta foi feita por parte do Estado, que cada vez mais entrega o lugar ao abandono, sem se fazer presente de fato. Paralelamente, existem grupos sociais que possuem projetos focados em melhorar a situação no Complexo, como forma de socializar e integrar os indivíduos ali presentes, diminuindo a violência e o desconforto gerados pela situação em que se encontram. Nesse sentido, temos os trabalhos da Fundação Internacional Arte de Viver e do professor Marcelo Pelizzoli (UFPE). A atuação no Complexo se dá através do ensino de técnicas de controle de estresse e rodas de diálogo, que ajudam a reduzir os estresses e traumas, beneficiando o sistema prisional através de uma política de não-violência. O objetivo deste trabalho é apresentar estes projetos e seus resultados dentro do Complexo do Curado, mostrando a necessidade de tratar os presos como humanos que são, prezando pela sua sanidade mental e pela boa convivência entre eles e os funcionários, agentes carcerários e as famílias, trazendo benefícios que vão além do sistema prisional.

1Graduando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro do grupo Além das Grades. Email: caio.fook@gmail.com

2Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro do grupo Além das Grades. Email: jessicaparaíso@gmail.com

3Graduando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro do grupo Além das Grades. Email: renannascimentoaraujo@gmail.com

Palavras-chave:

Sistema prisional. Complexo do Curado. Direitos Humanos. Atuação da sociedade civil. Técnicas de gerenciamento do stress.

Introdução

O sistema penal apresenta problemas cada vez mais graves em vários lugares do mundo, não sendo diferente no estado de Pernambuco, no Brasil. Dentro do contexto de um sistema fadado ao fracasso, encontramos histórias de pessoas que estão cumprindo pena como forma de punição e um dito aprendizado, com o alegado objetivo de não repetirem os mesmos erros do passado, praticando novamente condutas que são tidas como erradas pela maior parte da sociedade. Mas até que ponto o sistema construído está de fato trazendo mudanças positivas para os encarcerados?

Em diversos presídios a situação não é positiva, existindo pessoas presas além da capacidade máxima, sem alimentação, higiene e cuidados necessários para manter um mínimo de humanidade, sem um acompanhamento psicológico durante o cumprimento da pena e também com capacitação educacional ou técnica. Como muitos destes presidiários são invisíveis cotidianamente para a população e já têm os seus direitos básicos negados fora do cárcere, dentro dele é que os olhos de todos se fecham de fato. Muitos acreditam que dessa maneira os ditos criminosos vão aprender mais rápido, internalizando imediatamente que se não cumprirem o estabelecido no contrato social, muito mais lhes será negado.

E qual o papel da sociedade dentro desse sistema? Será que somos todos culpados? Devemos ser responsabilizados por aqueles desviantes? A resposta é sim. Somos todos responsáveis. Fechamos os olhos para os que tem os seus direitos restringidos, sendo essa posição confortável até que nos afete ou atinja alguém próximo. Somos culpados pela omissão, por não agirmos para melhorar a situação. Porém, há exceções. Alguns já conseguem enxergar essa realidade que se apresenta e procuram mudar o que está ao seu alcance através de projetos sociais.

No caso específico de projetos que procuram tornar menos dolorosa a passagem pelo cárcere, podemos encontrar o da Arte de Viver e o do professor Marcelo Pelizzoli. Nestes casos, podemos ver a sociedade civil em busca de uma mudança real, trazendo melhorias concretas para o período de cumprimento da pena. E estas mudanças se estendem, procurando abranger não só os prisioneiros, mas também os agentes carcerários, os diretores do presídio, as famílias. As transformações ocorrem através do ensino de práticas de gerenciamento de stress e

da melhoria de questões familiares, diminuindo a quantidade de conflitos, de doenças e de tensão constante no momento específico pelo qual estão passando. Amenizar a dor de passar pelo sistema é um dos passos que se mostram efetivos para dar início à uma maior humanização da população encarcerada. Assim, eles podem se entender enquanto parte do conjunto, sendo acolhidos e ajudados pelo resto da população.

1. O Complexo Prisional do Curado, em Recife/PE

O Complexo Prisional do Curado está localizado no estado de Pernambuco, sendo anteriormente chamado de Centro Penitenciário Professor Aníbal Bruno. Teve sua mudança de nome formalizada no dia 07 de fevereiro de 2012, quando foi dividido em três unidades: Presídio Juiz Antônio Luiz Lins e Barros (PJALLB), Presídio Marcelo Francisco de Araújo (PAMFA) e Presídio Frei Damião de Bozzano (PFDB). Constantemente o local é citado na mídia de uma maneira negativa na mídia, ganhando visibilidade devido aos problemas decorrentes do superencarceramento.

O presídio abriga mais de 7 mil presos, embora a sua capacidade máxima seja de 1,8 mil⁴ - fator que acaba gerando violações sequenciais aos Direitos Humanos. Inclusive, entre junho e julho de 2011 o drama alcançou novas proporções quando as organizações Justiça Global, Clínica Internacional de Direitos Humanos da Universidade de Harvard, Pastoral Carcerária de Pernambuco, Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões e Pastoral Carcerária Nacional denunciaram os acontecimentos para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que após tomar as providências iniciais passou o caso para a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em resolução⁵ publicada no dia 22 de maio de 2014, a Corte listou diversos pontos a serem melhorados pelo Estado brasileiro, como forma de resolver os problemas e amenizar os conflitos. Entre as irregularidades alvo da denúncia estão casos de morte por violência interna, espancamentos, choques elétricos, uso de cães para morder e/ou provocar feridas, ameaças de morte, tentativas de homicídio por meio de armas brancas e punhais e uso de balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio pelos agentes penitenciários, além de granadas e armas de fogo durante distúrbios - informação confirmada pela Secretaria Executiva de Ressocialização do estado de Pernambuco.

⁴Portal G1. **Maior cadeia do Brasil tem favela e área "Minha cela, minha vida" para presos VIP.** Disponível em: <<http://glo.bo/1UmK5cb>>. Acesso em: 18 de agosto de 2016.

⁵Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Resolução de 22 de maio de 2014:** assunto do Complexo Penitenciário do Curado. Disponível em: <<http://bit.ly/29femsi>>. Acesso em: 14 de agosto de 2016.

Além disso, há outras situações bastante preocupantes. Uma delas é a presença da figura dos "chaveiros". Em relatório publicado em 2010 sobre o mutirão carcerário promovido pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, o chaveiro foi definido como "um preso, geralmente condenado ou respondendo por crime de homicídio, que impõe a ordem e a disciplina no pavilhão. É quem (...) relaciona os presos a serem encaminhados para os departamentos médico, jurídico e para a equipe de psicólogos e assistentes sociais". Ainda de acordo com este relatório⁶, cada pavilhão costuma ter um chaveiro assessorado por um auxiliar e um mesário, sendo remunerado pelo Estado com um salário mínimo. Ele fica de posse das chaves das celas, tomando decisões sobre qual o traficante autorizado para atuar nos pavilhões e sobre quem pode ou não circular em determinadas áreas, corredores (também chamados de BRs) e até mesmo na cantina e na enfermaria. Cada chaveiro define as regras da área sob seu domínio, criando uma nova lei, impondo regras a serem seguidas. E, segundo relatos, quem desobedecer pode até mesmo ser levado para o isolamento. Em um caso específico, foi afirmado que o preso estava há quatro meses isolado, sendo necessário esperar a boa vontade do chaveiro ou efetuar o pagamento de R\$ 2 mil para poder sair⁷.

A situação é de calamidade. Pessoas que estão sob a guarda do Estado são esquecidas dentro dos presídios, ficando sujeitas à lei do mais forte ou do mais poderoso. Aqueles que não possuem objetos de troca que apresentem valor real acabam sujeitos a todo tipo de arbitrariedade, sem ter a quem recorrer. Seu tempo de cumprimento de pena é esquecido, e não raras vezes ficam presos por mais tempo do que o estipulado no seu julgamento (isso quando não estão presos "provisoriamente" até que o sistema penal tome a sua decisão sobre se há culpa).

Os preconceitos existentes no mundo real também se potencializam dentro do cárcere, havendo casos de racismo e homofobia. As transexuais que se identificam como mulheres não têm a sua identidade respeitada. Não há uma preocupação com a vivência de cada um no mundo real, e além de perderem a liberdade perdem também a identidade (muitas vezes estabelecida e assumida pagando um alto preço). Através de relatos de vítimas da homofobia, é possível verificar a exploração da população LGBTTT nos presídios, sendo estes obrigados a limpar as celas, lavar roupas e cozinhar. Sofrem ameaças, abusos e violências constantes, ficando muitas vezes impedidos pelos chaveiros de circular livremente pelo presídio.

⁶DIAS, Wilson da Silva. **Relatório Parcial - Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://bit.ly/2bGBCid>>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

⁷LAZZERI, Thais. **Presos vendem celas por até R\$ 5 mil no Complexo do Curado, no Recife**. Disponível em: <<http://glo.bo/2b9P7ol>>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

Outras preocupações são o ingresso de menores de idade no local, sendo estas exploradas sexualmente após entrarem com identidades falsas; as revistas íntimas e constrangedoras em alguns visitantes; o número reduzido de agentes carcerários para controlar e proteger os prisioneiros; e a falta de atendimento médico constante, fazendo com que muitos presos em estado grave (com doenças como lepra e tuberculose) não sejam atendidos e fiquem entregues à própria sorte. Há também situações mais comuns, encontradas com frequência nos presídios brasileiros, como a falta de alimentação adequada, falta de higiene (considerando que muitas vezes o ambiente onde são feitas as necessidades fisiológicas também são os mesmos utilizados para dormir) e a falta de uma estrutura mínima, existindo cabos elétricos expostos, acesso mínimo à água e uso de celas sem luz natural.

O Complexo do Curado, conforme relatado, apresenta um enorme conjunto de violações aos direitos fundamentais, apesar de estes serem garantidos pela Constituição Federal do Brasil - como é o caso do princípio da dignidade da pessoa humana. De acordo com Paulo Lôbo, "viola o princípio da dignidade da pessoa humana todo ato, conduta ou atitude que coisifique a pessoa, ou seja, que a equipare a uma coisa disponível, ou a um objeto"⁸. E da maneira como observamos que estes indivíduos são tratados, podemos notar que estas pessoas acabam sendo consideradas como inferiores a coisas ou objetos, já que com estes (quando pertencem a nós ou a alguém querido) costumamos ter um mínimo de cuidado para que não ocorra nada prejudicial.

Visto esta situação, não causa espanto que sejam recorrentes as tentativas de fuga e as rebeliões no local, além das apreensões⁹ de armas, drogas e celulares. Para muitos o lugar é tão torturante que é melhor correr o risco de perder a vida em uma tentativa de fuga. Um lugar cujo objetivo alegado é fazer os ditos criminosos refletirem sobre o que os levou até ali e curá-los, na verdade provoca uma dor que se soma à vivida anteriormente. O sistema carcerário, assim, exclui ainda mais os presidiários, muitas vezes fortalecendo um sentimento de conflito e rejeição.

Em visita recente realizada pela Corte Interamericana ao Complexo do Curado, para verificar se as mudanças sugeridas estavam em andamento como forma de dar mais humanidade aos prisioneiros, acabou ficando claro que na verdade o governo só fez uma "maquiagem", escondendo os problemas que se agravam. Algumas áreas foram ajustadas e até mesmo pintadas, mas os abusos e violências continuam passando pelo descaso. Em entrevista, o então secretário estadual de Direitos

⁸LÔBO, Paulo. **Direito Civil**: Parte Geral. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 77.

⁹Portal G1. **Seres apreende armas artesanais e celulares no Complexo do Curado**. Disponível em: <<http://glo.bo/2bnv17K>>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

Humanos, Pedro Eurico, afirmou, porém, que estava vendo avanços. Disse que os juízes da Corte estavam "bastante satisfeitos com os avanços que viram a partir das medidas tomadas pelo Estado desde a visita de 2012"¹⁰.

Objetivando não depender apenas da boa vontade do governo, alguns grupos sociais resolveram começar a agir e cada vez mais projetos são implementados para ajudar os presidiários a não perder sua identidade, pregando a política da não violência e zelando pela redução de traumas posteriores ao cumprimento da pena. Apesar das dificuldades apresentadas pelo sistema, muitos enxergam que é possível proteger de alguma maneira a humanidade destas pessoas, e o trabalho é feito de forma gradual para alcançar este objetivo.

2. O programa Prison SMART – *Stress Management and Rehabilitation Training*

Tendo em vista a necessidade de humanizar o sistema penitenciário como um todo e, no caso em análise, as unidades prisionais do Complexo do Curado, foi trazida em 2010 a ideia de implementar o programa Prison SMART em Pernambuco. Realizado pela organização humanitária e educacional, sem fins lucrativos, Arte de Viver, ele visa trazer uma melhor qualidade de vida não apenas para os detentos, mas para todos os outros envolvidos e diretamente atingidos pelas péssimas condições encontradas no local, minimizando todo o estresse que essa situação causa.

Não surpreende o fato de a prisão no Brasil estar longe de cumprir com o seu objetivo, tendo em vista que, em um sistema prisional com aproximadamente 378.000 vagas, há mais de 600.000 presos, com uma assustadora taxa de ocupação de 161%¹¹. Esse fato, por si só, torna o ambiente extremamente estressante e muito mais punitivo do que uma pena privativa de liberdade deveria ser.

Além dos presos, o programa visa alcançar, também, toda a equipe de funcionários e agentes prisionais, impactando-os positivamente para que haja uma maior harmonia, respeito e compreensão entre todos dentro do ambiente do cárcere. Para tanto, o curso utiliza técnicas de relaxamento, meditação, práticas de yoga e de respiração, além do tratamento humanizado e empatia para com os presos, o que permite um melhor gerenciamento do estresse e, com isso, uma diminuição significativa de impulsos e pensamentos violentos.

¹⁰Portal G1. **Inspeção no Complexo do Curado confirma persistência de problemas.**

Disponível em: < <http://glo.bo/2bHkQR8>>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

¹¹Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Junho/2014.** Disponível em: <<http://bit.ly/1JPJ71p>> Acesso em: 21 de agosto de 2016.

2.1. A Arte de Viver e o programa Prison SMART

O programa Prison SMART foi concebido em 1992 pela organização Arte de Viver que, durante seus 24 anos de existência, atuou em 45 países, beneficiando mais de 350.000 pessoas. A Arte de Viver foi fundada em 1981 pelo líder humanitário Sri Sri Ravi Shankar¹², criador da técnica de respiração Sudarshan Kryia, principal técnica utilizada pelos cursos da Arte de Viver e do programa Prison SMART. Como organização humanitária, a Arte de Viver não trabalha com remuneração financeira de seus membros, sendo todos eles voluntários. Além disso, todo o dinheiro arrecadado com os cursos de meditação, yoga e respiração são convertidos diretamente em fundos para a aplicação de programas sociais, como o próprio Prison SMART.

2.2. A Missão do Prison SMART

A partir da visão de que é possível lidar de forma consciente e construtiva com sentimentos negativos, que abalam o ser humano em níveis extremamente profundos, por meio da utilização de técnicas de respiração, o Prison SMART busca aplicar tais técnicas no ambiente do cárcere, já tão estigmatizado e esquecido pela sociedade, e mostrar que é possível uma transformação do ser humano, mesmo em condições tão desfavoráveis. O principal eixo do programa é a técnica de respiração Sudarshan Kryia¹³ (ação purificadora), que ajuda a tranquilizar os seus praticantes.

Muitas das pessoas que estão presas vivem uma vida de estresse também fora do cárcere, estresse este vindo do próprio meio em que vivem. E é de vital importância compreender o que leva cada um às dificuldades em que se encontram. Deve-se observar, por exemplo, o perfil dos que estão em situação de cárcere no Brasil, sendo em sua maioria jovens, negros e periféricos. Segundo dados do Infopen¹⁴, 56% da população carcerária no Brasil é composta por jovens de 18 a 29 anos, sendo essa faixa etária correspondente a apenas 21,5% da população brasileira. De mesma forma, dados de 2014 mostram que negros representam 67% da população carcerária, com uma taxa de 53% sem ter concluído o ensino fundamental.

Apesar disso, fatores como esses não são determinantes, tendo o indivíduo a possibilidade de enfrentar e superar as adversidades. É nesse sentido que o curso de

12Arte de Viver. **Sobre Sri Sri Ravi Shankar**. Disponível em: <<http://bit.ly/2dUWzcz>>. Acesso em: 21 de agosto de 2016.

13Arte de Viver. **Sudarshan Kryia**. Disponível em: <<http://bit.ly/20S0kgZ>>. Acesso em: 21 de agosto de 2016.

14Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Junho/2014**. Disponível em: <<http://bit.ly/1JPJ71p>> Acesso em: 21 de agosto de 2016.

Gerenciamento de Estresse e Treinamento para Reabilitação atua, apresentando ao indivíduo uma saída por meio da possibilidade de entender seus sentimentos negativos e controlar impulsos, adquirindo mais consciência sobre o impacto de determinadas ações na sua vida e na vida dos outros. Trata-se, assim, de um processo de autoconhecimento, pelo qual o indivíduo tem a possibilidade de adquirir um maior entendimento sobre seus sentimentos e obter a autoestima necessária para lidar com emoções negativas e poder construir laços saudáveis. Pois, apenas por meio da empatia, respeitando a dignidade humana do preso, é possível dar-lhe esperança de superação das adversidades vivenciadas, possibilitando uma vida mais saudável dentro do hostil ambiente do cárcere e uma mudança de perspectiva que contribui para uma vida melhor também fora da prisão, prevenindo casos de reincidência. Os resultados mais comuns em relação aos reclusos são melhoras em casos de depressão, ansiedade e de violência dentro das unidades.

É importante reconhecer que os agentes prisionais também são vítimas do sistema, precisando lidar diariamente com uma carga de estresse muito pesada¹⁵. O estresse é causado tanto por circunstâncias físicas, como a iluminação fraca, ambiente úmido, constituído de muros, pavilhões e celas, quanto subjetivas, como ter que trabalhar diariamente com a supervisão e controle de presidiários, precisando estar sempre alerta e lidando constantemente com medos e expectativas inerentes à função. Todo esse estresse é gerador de quadros de depressão, ansiedade e profunda insatisfação com o trabalho, o que causa uma evidente queda na qualidade do serviço prestado pelos agentes. O Prison SMART visa, dessa forma, ajudar a equipe de funcionários dentro da prisão a tornarem-se mais resistentes aos traumas causados diariamente pelo trabalho exaustivo, oferecer mais energia e foco para o exercício diário da atividade, melhorar a qualidade da atuação deles no trabalho, torná-los mais eficientes em situações estressantes e garantir-lhes uma maior satisfação e bem-estar físico.

2.3 O Prison SMART em Pernambuco

A implementação do programa nos presídios não é de fácil execução, pois, para trabalhar com um projeto de iniciativa civil, como é o caso do Prison, é necessário enfrentar uma série de etapas, o que acaba gerando diversos entraves burocráticos, dificultando, e muitas vezes impossibilitando, a realização do projeto. É necessário,

15LUIZ, Ariane Tosato; MORAIS, Cintia Verônica Medeiros de. **O estresse e suas consequências dentro de Instituição Penitenciária**. Disponível em: <<http://bit.ly/2euPcdl>>. Acesso em: 24 de agosto de 2016.

pois, haver harmonia entre a diretoria do presídio, a Secretaria Executiva de Ressocialização de Pernambuco (SERES) e o grupo voluntário. Uma dificuldade muito comum ocorre quando há mudança na diretoria da unidade prisional ou do Secretário da SERES, gerando a necessidade de “reiniciar” todos os acordos e demais questões burocráticas, o que demanda tempo e esforço.

Um dos primeiros cursos do Prison SMART¹⁶ no Brasil ocorreu em 2002, em Recife, na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE/PE)¹⁷, entretanto, o projeto não vingou. A primeira tentativa de implementação do programa em uma unidade prisional em Pernambuco foi em 2010, no Presídio de Igarassu, localizado em Igarassu, Pernambuco, com o apoio da Secretaria Executiva de Ressocialização de Pernambuco (SERES). No entanto, pouco tempo depois, houve uma mudança na diretoria do local, acarretando em uma série de entraves que o grupo do Arte de Viver, com poucos voluntários para atuar no Prison SMART, não foi capaz de superar.

Posteriormente, em 2015, iniciou-se o curso no Complexo do Curado, no Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros (PJALLB), com o instrutor, e coordenador do programa na América Latina, Ismael Maestrini. A conexão do Arte de Viver com o presídio foi estabelecida por meio da psicóloga da unidade, Graça Sousa. O primeiro curso realizado no PJALLB foi em outubro/2015, tendo mantido suas atividades regularmente, com a prática de mais 3 cursos, além de um *follow up* constante. As aulas dos cursos são realizadas pelos instrutores Ismael Maestrini, Roberto Roshua e Flavia Pierangili, tendo sempre duração de 5 dias. O *follow up*, necessário para o seguimento da prática das técnicas pelos detentos, é feito toda terça-feira, com duração de duas horas. Calcula-se que aproximadamente duzentos presos já realizaram o curso no PJALLB, e em novembro de 2016 está confirmado o quinto curso do Prison SMART.

Entretanto, ainda não há previsão para a efetivação do curso para com os agentes penitenciários. Em setembro de 2015, ocorreu, de fato, uma tentativa de trazer os agentes para o curso, mas não foi possível dar continuidade, pois eles se mostraram muito resistentes, havendo um baixo nível de aceitação. Além disso, outra barreira foi a insuficiência de agentes trabalhando no presídio, existindo uma dificuldade para que eles pudessem ser liberados para participar das aulas.

Os resultados para os que aderem ao curso se manifestam claramente e em pouco tempo, sendo observados diversos casos de melhoras em quadros de depressão, esquizofrenia e ansiedade. Vários indivíduos, inclusive, acabam não

16Arte de Viver. **Programa nas prisões**. Disponível em: <<http://bit.ly/2dsXJv8>>. Acesso em: 24 de agosto de 2016.

17FUNASE. **Histórico**. Disponível em <<http://bit.ly/2dTFj6i>>. Acesso em: 24 de agosto de 2016.

precisando mais de medicamentos, antes indispensáveis, posto que a melhora no quadro clínico é notável.

3. O projeto de Marcelo Pelizzoli

Paralelamente à atuação do Arte de Viver, também atua no Complexo do Curado o professor Marcelo Pelizzoli. O professor do programa de pós-graduação em Direitos Humanos da UFPE é pós-doutor em bioética e desenvolve e orienta pesquisas em torno práticas restaurativas, cultura de paz e justiça restaurativa. Sua atuação dentro do cárcere gira em torno de diversas técnicas, como círculos de diálogos, constelação familiar, práticas de meditação, dentre outras, tendo como norte o autoconhecimento da pessoa do preso, amenizando sua dor, potencializando sua capacidade de resiliência, melhorando as relações dentro do presídio e colocando em perspectiva os aspectos relacionados à vida em liberdade.

3.1 Início do projeto

O primeiro contato de Marcelo com o Complexo do Curado foi em 2009, quando foi chamado para representar a Universidade em um projeto que visava implantar no PJALLB uma Academia da Cidade, como parte do contexto de expansão do projeto “Academia das Cidades”. O governo, por meio da Secretaria das Cidades, procurou a UFPE para implantar o projeto e, como já trabalhava na época com práticas restaurativas e cultura de paz, além da sua experiência com terapia corporal, o professor foi chamado para desenhar o projeto inicial, que continha uma forte atuação psicossocial.

Algumas reuniões aconteceram, e o professor entrou em contato direto com uma das unidades do Complexo, o PJALLB. Um desenho inicial do projeto foi confeccionado, com uma abordagem ampla baseada em três pilares: formação humana (educação e cultura, corpo e mente), resgate da familiaridade (inclusão, empatia e restauração) e cidadania (direitos e deveres, responsabilidades e consciência política). Entretanto, os representantes da Secretaria entraram em contato com o professor informando a impossibilidade de continuação do projeto, devido a obstáculos políticos.

Apesar do não prosseguimento do projeto, as reuniões promoveram o contato de Marcelo com Graça Sousa, a psicóloga da unidade. Assim, em 2015, quando convidado novamente a ajudar em outro projeto, que tinha como enfoque práticas mais físicas e meditação (projeto este que também não teve continuação), Marcelo

entrou novamente em contato com Graça, dialogando sobre práticas restaurativas e as diferentes abordagens possíveis de se aplicar dentro do presídio.

Graça tinha um pequeno projeto com os presos no qual, dentro de um espaço, realizava dinâmicas e dispunha de uma pequena biblioteca. No mesmo ano, 2015, a psicóloga e Marcelo estabeleceram uma parceria que culminou com uma campanha virtual para expansão da pequena biblioteca da unidade prisional. A campanha contou com ampla colaboração e resultou na arrecadação de quase 2 mil livros, o que aumentou o interesse da direção da unidade em reformar o local e aumentá-lo, projeto que está em andamento. Além dessa expansão, o contato entre os dois possibilitou que Marcelo iniciasse outra atuação, formando um grupo, com cerca de 20 detentos, que acabou adquirindo uma dinâmica própria e especial. Ao contrário das iniciativas anteriores, que fracassaram, esse projeto conseguiu uma maior constância dos participantes, com uma contínua aglutinação de novos membros. Assim, Marcelo conseguiu, a partir de um tratamento humanizado, empatia e com o auxílio de diversas técnicas, criar um coletivo vivo, gerador de uma energia positiva rara no cárcere e que tem servido de transformação da realidade para vários presidiários.

3.2 Metodologia do grupo

O grupo se reúne semanalmente, nas quartas-feiras, das 8h às 10h, na biblioteca da unidade prisional. Marcelo aponta que o próprio espaço da reunião já é tido como um ambiente especial pelos presidiários – passar em frente a ele já transmite um bom sentimento. No início de cada encontro, ao chegar na sala, os presos já se encontram no local, e o professor recebe um acolhimento espontâneo: é aplaudido. De acordo com o relato de um dos participantes: o lugar consiste em um oásis dentro de um poço de lama.

O professor trabalha com técnicas variadas, tendo como base metodológica o formato circular, no qual ele dispõe os participantes em um círculo em que todos têm vez de fala, se assim quiserem. A fala é marcada com um “objeto de fala”, que pode ser qualquer objeto, como um livro, simbolizando o conhecimento, ou até uma ampulheta, que mede o tempo. No meio do círculo, coloca-se um centro, com fotos de família, livros e quaisquer símbolos que representem algo positivo, que una os presos em torno de algo bom, que conecte-os.

Marcelo relata que não trabalha com um planejamento rígido: o próprio grupo acaba direcionando o que acontecerá no encontro. Geralmente, faz-se uma abertura no início, com meditação ou contação de histórias, que podem ser tanto lições e conceitos que partem de Marcelo, ou até experiências e sabedorias dos próprios

presos, que relatam histórias de vida, momentos do dia a dia e lições que aprenderam, buscando sempre reforçar a busca por sentimentos positivos, que levem à resiliência, à motivação, à esperança. Dependendo do dia, pode haver, inclusive, atividade envolvendo música. Na verdade, o método não é rígido pelo fato de que o método não é o fim, mas apenas um caminho. É a direção para qual os próprios presos levam as discussões e até que ponto eles “se entregam” ao momento que determinará os rumos do encontro. Por exemplo, se um preso novo chega ao encontro, pede a fala e descarrega histórias repletas de raiva e tristeza, o astral do grupo cai consideravelmente, levando para um caminho diferente e demandando atitudes diferentes de Marcelo e dos demais presos ao longo do encontro, de uma sessão que começa com relatos mais positivos. Assim, a contação de histórias não é a finalidade do encontro, mas, na verdade, sua catálise. A partir das provocações geradas pelas histórias, os participantes compartilham suas próprias histórias de vida, que são muito mais carregadas de significados morais. Este compartilhamento faz fluir a energia do grupo, de modo que os presidiários se enxergam uns nos outros e, mais ainda, compreendem melhor a si próprios e aos outros.

Uma das técnicas utilizadas por Marcelo, em casos mais traumáticos, é o método psicoterapêutico da constelação familiar. Este método entende que as vidas individuais são largamente influenciadas pelo histórico familiar, e que este histórico muitas vezes se repete entre os indivíduos, havendo uma semelhança entre personagens das variadas histórias de vida. A partir disto, a constelação familiar usa a *representação*, quando um indivíduo atua representando um personagem da vida do ora paciente. Assim, um preso que tem, por exemplo, problemas com os pais, ou simplesmente saudade, é colocado de frente de outros presos, que representam os pais daquele, fazendo com que lide com seus demônios. O presidiário geralmente carrega muitas cicatrizes, sendo necessário que eles se reconciliem e se reconectem consigo mesmos em busca de uma maior paz.

O criador deste método, o psicoterapeuta alemão Bert Hellinger, encontrou resultados de que, mesmo sem conhecer os personagens da vida do outro, os representantes agem de forma muito semelhante aos originais, verdadeiramente assumindo seus papéis. Além disto, o paciente também encara os representantes como verdadeiras transfigurações dos personagens de sua vida. O contato direto e direcionado com importantes personagens da vida do paciente pode colaborar com uma melhor compreensão de si próprio¹⁸. Por ser uma técnica mais complexa, que

18ARROJO, Simone. **O que é a Constelação Familiar?!** Disponível em: <<http://bit.ly/2dVgOXD>>. Acesso em: 26 de agosto de 2016.

pode gerar efeitos negativos se mal aplicada. Marcelo a utiliza pouco, apenas em casos especiais que necessitem dela.

A meditação também está bastante presente e se apresenta sob duas formas: a respiração visando a tranquilização e a meditação em cima do sofrimento. É preciso pensar sobre a dor, questioná-la e encontrá-la. Não apenas psicologicamente, mas também corporalmente, encontrando no próprio corpo onde está esse “mal” e trabalhar em cima de todos os tipos de pensamentos negativos que surgem a partir desse sofrimento. Nesse aspecto, a meditação transcende os encontros de Marcelo, que instiga os presos a praticarem as técnicas a todo momento, durante as atividades mais banais do cotidiano, como se preparar para dormir. A conexão com a própria mente e com o corpo traz, com o tempo, uma maior lucidez nas ações do dia a dia favorecendo esse processo de autoconhecimento.

Apesar de importante, a meditação é, ainda, um meio artificial, sendo imprescindíveis para que o processo dê certo as amizades, o companheirismo, a leitura e todo o trabalho em cima da espiritualidade dos presos. O professor ressalta que é importante não realizar nenhuma artificialidade: sua participação no grupo não é como a figura clássica do *professor*, que professa uma moral ou uma verdade, e que deve ser seguido pelos *alunos*, desprovidos de conhecimentos de vida. Pelo contrário, seu papel no grupo é de *facilitador*, cujo foco é ajudar os participantes a encontrarem os caminhos por si próprios, a partir do fluxo de suas próprias energias. Essa fuga de artificialidades é fundamental para o êxito do projeto: as lições e os saberes não são passados verticalmente, mas gerados horizontalmente e de forma espontânea pelos presos em si próprios. O objetivo do projeto é trazer uma autoconsciência cotidianas, de modo que os sentimentos e conhecimentos não fiquem restritos às salas de aula, mas passem para o dia-a-dia no cárcere.

O professor aponta, ainda, que as técnicas do grupo não podem servir como uma fuga para a realidade difícil do cárcere. O grupo serve como um espaço de autocompreensão e fortalecimento dos sentimentos individuais positivos, e não de espaço isolado de cura. É preciso que as lições que os presos absorvem nos encontros sejam praticadas no seu cotidiano; caso contrário, o grupo não alcançará seu objetivo. Sendo assim, é preciso que o grupo aproxime a realidade da prisão do mundo artificial que é a dinâmica do grupo. Há um abismo, uma distância muito grande entre essas duas realidades, então não se pode simplesmente “meditar para melhorar”, utilizando-se da fuga da realidade, pois, além de ser uma mentira, não traria nenhuma melhora efetiva na evolução pessoal do preso e ainda acarretaria em consequências desastrosas, na medida em que os conhecimentos absorvidos não teriam nenhuma aplicabilidade na realidade vivida por eles. É necessário trabalhar

sendo fiel ao mundo real, encarando de frente os problemas, as condições vividas, aceitando o que está posto para que possam enxergar suas potencialidades como sujeito humano e provocar transformações em si mesmos e nos outros.

Portanto, o grupo serve como um espaço de restauração e empoderamento dos presos participantes. É um local onde eles sentem-se livres para compartilhar seus sentimentos mais conflitantes, e compreender melhor a si próprios e a seus companheiros. Assumem a responsabilidade de entender os conflitos em que estão envolvidos, e trabalhar para solucioná-los. Apesar da linha tênue entre o espaço de empoderamento e o refúgio isolado, Marcelo tem se esforçado para que o grupo permaneça não como uma luz no fim do túnel, mas como uma luz que ilumina os cantos mais obscuros do coração dos participantes.

3.3 Casos, resultados e futuro

Apesar de não haver pesquisas detalhadas sobre os casos e resultados do grupo de Marcelo, há alguns relatos trazidos pelo professor que ilustram bem a direção em que anda o projeto. Um dos aspectos positivos é a frequência dos encontros. Iniciado a aproximadamente um ano e meio, os encontros contam com a participação de membros que estão desde o começo e também de alguns novos, que vão se juntando a cada encontro. Além de demonstrar a efetividade das sessões e como o momento do encontro é importante para os presos, a permanência deles é de especial importância para as próprias sessões, na medida em que ajudam no acolhimento dos novos participantes, passando para eles toda uma energia positiva, muitas vezes necessária para balancear com a carga negativa e o sofrimento que os novos membros costumam trazer consigo.

Em um dos encontros mais recentes, Marcelo conta que houve uma grande quantidade de novos participantes. Após a meditação inicial, ele passou a palavra primeiramente para os novatos, prevendo que provavelmente estes trariam relatos mais negativos. Os novos participantes de fato acabaram trazendo histórias pesadas, sofrimentos fortes e desabafaram amargamente sobre suas vidas e sua convivência no cárcere. O clima do grupo foi jogado para baixo, e o professor pensou em intervir com o uso de uma representação com um dos novos participantes, ou alguma dinâmica para melhorar o clima do encontro. Entretanto, ele decidiu esperar os relatos dos membros mais experientes. E os relatos foram transformadores: primeiro, os mais experientes traçaram uma forte identificação com os novatos e suas dores; em seguida, trouxeram relatos de resiliência e superação, motivando os mais novos. O clima do grupo se elevou novamente, graças à dinâmica dos próprios participantes –

evidenciando o empoderamento pelo qual os presos têm passado, bem como a independência que adquiriram na relação com seus próprios sentimentos.

Em outro caso, um dos membros requisitou desesperadamente a ajuda de Marcelo porque temia por sua vida por não confiar mais em seus companheiros de cela. O professor então realizou uma representação, a partir da constelação familiar, colocando o presidiário em frente a representantes de seus companheiros de cela. Na representação, ficou evidente que o preso exercia uma postura de superioridade em relação a seus colegas, não se sentindo mais parte do grupo por achar-se melhor que seus companheiros. Isto gerava um sentimento negativo nos amigos, e o enfraquecimento dos laços de companheirismo. Na representação, Marcelo conduziu o preso para que ele tomasse uma postura mais humilde, reconhecendo a importância de seus colegas na sua convivência, e saindo da postura de superioridade. O detento, após a sessão, sentiu-se mais seguro em relação a seus colegas e, ao longo dos dias seguintes, voltou a estar em paz com eles.

Marcelo pretende realizar pesquisas qualitativas dos casos que vivencia no projeto, mormente com seus alunos do programa de mestrado em Direitos Humanos da UFPE. A maior dificuldade do projeto tem sido a falta de pessoas disponíveis para atuar e pesquisar seus resultados, mas os relatos positivos têm servido como bons catalisadores e atrativos para novos participantes externos. Marcelo recentemente conseguiu uma ajudante, que lhe acompanha nas sessões, ajudando-o nas dinâmicas e na seleção das histórias.

Além disso, o professor tentou atuar em outras unidades, mas sem sucesso. Ele relatou que um dos fatores importantes para que o grupo funcione é o comprometimento dos membros, o que ainda não encontrou em outras unidades. No futuro, ao expandir a sua atuação, ele pretende começar com as equipes das unidades, de modo a seguir o procedimento orientado pela Justiça Restaurativa. Em seguida, passará aos presidiários – o caminho inverso que seguiu no PJALLB.

4. Conclusão

Percebe-se que a aplicação de técnicas por meio de um tratamento humanitário, bem como o simples tratamento com empatia, em relação aos presos, traz benefícios que transcendem a mera situação dentro do cárcere, configurando uma real transformação na vida dessas pessoas, que têm o sistema como um verdadeiro obstáculo para uma mudança positiva de vida. Isso se torna ainda mais emblemático quando em face de um sistema que tem como um de seus pilares o pressuposto tão ressaltado da “ressocialização”. É relevante, ainda, o fato de que, mesmo que em

pequena escala, atendendo poucas pessoas – observa-se que existe a demanda, mas falta estrutura e mão de obra para efetivar mais projetos dessa espécie. Os projetos da Arte de Viver e do professor Marcelo Pelizzoli mostram resultados que, embora não tenham sido ainda quantificados, sem sombra de dúvidas trazem melhorias evidentes na vida do apenado, incluindo uma maior paz de espírito, autoconhecimento, autocontrole e mudança de perspectiva em relação ao futuro, benefícios estes que refletirão na sociedade na medida em que, para essas pessoas, as chances de cometer novos crimes, dentro e fora da prisão, deve diminuir consideravelmente.

Um ponto que merece destaque é a grande dificuldade de implementar projetos dessa espécie em unidades prisionais, mesmo que tais projetos visem a ajudar a todos dentro do sistema, incluindo não só os presos, mas também os agentes e demais funcionários do presídio, que, mesmo no caso de não participarem das sessões, são beneficiados pela melhoria comportamental dos presos. Tais dificuldades têm causas objetivas e subjetivas, sendo as mais manifestas a própria burocracia envolvida para autorizar a implementação dos projetos, a falta de espaço e o desinteresse em buscar meios alternativos de melhoria da situação carcerária. Infere-se, daí, a necessidade de facilitar o acesso a esses grupos autônomos e voluntários ao presídio, cuja atuação só tende a beneficiar a todos.

A luta por um sistema carcerário menos vicioso, menos injusto, menos punitivista e que não atente à dignidade humana dos presos permanece, e é triste que a atuação desses grupos acabe revelando o quão dolorosa pode ser a vida dentro de um sistema carcerário falido, mas enquanto não são observadas melhorias nos presídios – e no próprio sistema punitivo -, é importante incentivar e enxergar ações como essas, de iniciativa da própria sociedade civil, da forma como já descrito por um dos participantes do projeto de Pelizzoli: “um oásis dentro de um poço de lama”.

Referências Bibliográficas

Arte de Viver. **Programa nas prisões**. Disponível em: <<http://bit.ly/2dsXJv8>>. Acesso em: 24 de agosto de 2016.

Arte de Viver. **Sobre Sri Sri Ravi Shankar**. Disponível em: <<http://bit.ly/2dUWzcz>>. Acesso em: 21 de agosto de 2016.

Arte de Viver. **Sudarshan Kriya**. Disponível em: <<http://bit.ly/20S0kgZ>>. Acesso em: 21 de agosto de 2016.

ARROJO, Simone. **O que é a Constelação Familiar?!** Disponível em: <<http://bit.ly/2dVgOXD>>. Acesso em: 26 de agosto de 2016.

Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Resolução de 22 de maio de 2014**: assunto do Complexo Penitenciário do Curado. Disponível em: <<http://bit.ly/29femsi>>. Acesso em: 14 de agosto de 2016.

Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Junho/2014**. Disponível em: <<http://bit.ly/1JPJ71p>> Acesso em: 21 de agosto de 2016.

DIAS, Wilson da Silva. **Relatório Parcial - Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://bit.ly/2bGBCid>>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

FUNASE. **Histórico**. Disponível em <<http://bit.ly/2dTFj6i>>. Acesso em: 24 de agosto de 2016.

LAZZERI, Thais. **Presos vendem celas por até R\$ 5 mil no Complexo do Curado, no Recife**. Disponível em: <<http://glo.bo/2b9P7ol>>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

LOBO, Paulo. **Direito Civil**: Parte Geral. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LUIZ, Ariane Tosato; MORAIS, Cintia Verônica Medeiros de. **O estresse e suas consequências dentro de Instituição Penitenciária**. Disponível em: <<http://bit.ly/2euPcdl>>. Acesso em: 24 de agosto de 2016.

Portal G1. **Inspeção no Complexo do Curado confirma persistência de problemas**. Disponível em: <<http://glo.bo/2bHkQR8>>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

Portal G1. **Seres apreende armas artesanais e celulares no Complexo do Curado**. Disponível em: <<http://glo.bo/2bnvl7K>>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

Portal G1. **Maior cadeia do Brasil tem favela e área "Minha cela, minha vida" para presos VIP**. Disponível em: <<http://glo.bo/1UmK5cb>>. Acesso em: 18 de agosto de 2016.

2º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM PRISÃO
29 de agosto de 2016, Petrópolis/RJ

GT 11: Mobilização da Sociedade Civil e Prisão

**“PELAS ASAS DE MAAT”: A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO
INSTITUTO PENAL FEMININO DESEMBARGADORA AURI MOURA COSTA, NO
CEARÁ**

LUCIANA NOGUEIRA NÓBREGA (FCM)

**“Pelas Asas de Maat”: a atuação do movimento feminista no Instituto Penal
Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, no Ceará**

Luciana Nogueira Nóbrega¹

Resumo

De acordo com levantamento do Infopen/MJ, entre 2000 e 2014, a população penitenciária feminina no Brasil aumentou 567%. No período de 2007 a 2014, no Ceará, essa população cresceu 112%. Em 2015, o Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa - IPF, com capacidade para cerca de 300 internas, chegou a contar com 745, sendo 589 presas provisórias. Nesse cenário, teve início, em novembro de 2015, o Projeto “Pelas Asas de Maat: ampliando o acesso à justiça das mulheres em situação de privação de liberdade no Ceará”, desenvolvido pelo Instituto Mulher Negra do Ceará – Inegra, em parceria com o Fórum Cearense de Mulheres – FCM e o Escritório Frei Tito de Alencar – EFTA. O projeto objetivou, a partir da incidência do movimento de mulheres negras e feministas, conhecer a realidade das mulheres em situação de privação de liberdade; contribuir para formação política dessas mulheres, quanto às temáticas de gênero, étnico-racial e de direitos humanos; além de promover debates com a sociedade civil e o poder público, no intuito de assegurar às mulheres a democratização do acesso à justiça. Durante o acompanhamento do projeto, percebemos que o Presídio, acostumado com a presença de grupos ligados às Igrejas Cristãs, passou a conviver com a presença de mulheres que falavam em direitos humanos; que denunciavam o racismo e o patriarcado, movimentando os serviços médicos e de assistência social, para garantir o atendimento adequado às mulheres em privação de liberdade. Nos meses de atuação do projeto, realizamos uma Conferência Livre de Direitos Humanos no IPF, participamos de audiências públicas e articulamos inúmeros atores públicos e da sociedade civil organizada, objetivando visibilizar e denunciar as violações de direitos vivida pelas mulheres em privação de liberdade. O Projeto foi o primeiro voltado para mulheres em situação de encarceramento executado pelo Inegra e pelo Fórum Cearense de Mulheres, trazendo reflexos, não só para o IPF, mas nos discursos e práticas feministas.

¹ Advogada. Integrante do Projeto “Pelas asas de Maat: ampliando o acesso à justiça das mulheres em situação de privação de liberdade no Ceará”. Integrante do Fórum Cearense de Mulheres. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará.

1. O projeto “Pelos Asas de Maat”: ampliando o acesso à justiça das mulheres em situação de provação de liberdade no Ceará

Muito se tem discutido nos últimos anos sobre a necessidade de reformulação do sistema penal adotado no Brasil, em especial no que diz respeito à política do encarceramento em massa e na forma de execução das penas no nosso país. De acordo com levantamento do Departamento Penitenciário Nacional, vinculado ao Ministério da Justiça, referente a junho de 2014, o Brasil tem 6% da população prisional do mundo, o 2º maior ritmo de encarceramento e a 4ª maior população prisional.²

Ainda segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, há cerca de 607 mil presos no Brasil, para apenas 376 mil vagas em estabelecimentos prisionais. Desses, mais de 250 mil estão presos sem condenação, sendo presos provisórios, temporários, ou cujo flagrante se “eternizou”. 89% dos presos não tem acesso ao estudo e 86% dos presos não tem acesso ao trabalho, havendo pouquíssimas oportunidades de aprendizado para um recomeço fora dos muros das prisões. Mais de 35% dos presos no Brasil o foram por tráfico de drogas e aproximadamente 27% por roubo. 67% da população carcerária brasileira é de negros e 56% são jovens. O referido documento também apontou o número alarmante de presas e presos provisórios e a superlotação como problemas enfrentados na maioria dos presídios no Brasil.

Considerando a situação específica das mulheres no sistema penitenciário brasileiro, foi elaborado, pelo Departamento Penitenciário Nacional, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres, de junho de 2014. De acordo com esse levantamento, nos últimos 15 anos, entre 2000 e 2014, a população penitenciária feminina aumentou 567%. Uma taxa superior ao crescimento da população encarcerada em geral e à média do crescimento populacional masculino em situação de privação de liberdade que, no mesmo período, foi de aproximadamente 220%. Dentre os principais crimes dos quais as mulheres são acusadas, 68% se referem ao tráfico de drogas.³

De 2007 a 2014, a população penitenciária feminina no Estado do Ceará cresceu 112%, em comparação ao crescimento de 66% no mesmo período de homens

² MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen – junho de 2014. Disponível em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em 18 de set. 2016.

³ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres – junho de 2014. Disponível em <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em 18 de set. 2016.

no sistema prisional. 94% das mulheres em situação de privação de liberdade no Ceará, em junho de 2014, eram negras, sendo que 55% das mulheres presas nesse período tinha menos de 30 anos e 86% tinham até o ensino fundamental completo, conforme dados do Infopen Mulheres de junho de 2014.

Em agosto de 2015, durante inspeção da Comissão de Direito Penitenciário da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará (OAB-CE), verificou-se que o Presídio Feminino Auri Moura Costa, com capacidade para pouco mais de 300 internas, contava com 745. Do total, 156 já tinham condenação penal e 589 eram presas provisórias. O local chegou a ser interditado parcialmente, em 18 de setembro, pelo juiz corregedor dos Presídios de Fortaleza, Luiz Bessa Neto, após o assassinato de uma mulher em julho.⁴

Nesse contexto de encarceramento em massa e de superlotação, o projeto “Pelas Asas de Maat: ampliando o acesso à justiça das mulheres em situação de privação de liberdade no Ceará” foi formulado pelo Instituto Negra do Ceará - Inegra, sendo submetido à edital anual, de 2015, do Fundo Brasil de Direitos Humanos.⁵

Inspirado em Maat, deusa egípcia da justiça, da verdade e do equilíbrio, o Inegra começou a trilhar uma caminhada ao lado das mulheres encarceradas no IPF a partir de uma atuação mais incisiva do movimento de mulheres negras após a prisão, em 2014, de uma mulher negra do Rio de Janeiro, que passava férias no Ceará e foi acusada de homicídio de uma turista italiana, em uma praia do estado nordestino. Ao acompanhar esse caso e perceberem a seletividade na atuação do sistema de justiça criminal, as mulheres integrantes do Inegra decidiram submeter um projeto ao Fundo Brasil de Direitos Humanos que dialogasse com a realidade das mulheres em situação de encarceramento, permitindo um maior conhecimento sobre essa realidade e uma discussão, dentro dos muros do IPF, do patriarcado, do racismo e dos aspectos de classe inseridos na política de encarceramento em massa observada no Ceará.

O Instituto Negra do Ceará – INEGRA foi criado em 2003 a partir da iniciativa de um coletivo de mulheres negras, sendo uma organização social e política feminista e anti-racista cujo projeto político é lutar contra o preconceito e a discriminação racial, sexista e de classe, fortalecendo a construção afirmativa da identidade da mulher negra e propondo políticas públicas que contribuam para a promoção da igualdade de gênero, raça e classe. O Inegra compõe o Fórum Cearense

⁴ Informações disponíveis em <http://oabce.org.br/2015/09/superlotacao-comissao-divulga-relatorio-do-efetivo-de-presos-de-quatro-unidades-prisionais-do-ceara/>.

⁵ Ver em <http://www.fundodireitoshumanos.org.br/projeto/instituto-negra-do-ceara/>.

de Mulheres - FCM, a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB e a Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB.⁶

No intuito de realizar articulações necessárias à execução do projeto “Pelas asas de Maat”, o Inegra convidou militantes do Fórum Cearense de Mulheres e advogadas do Escritório Frei Tito de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará para construção conjunta das formações das mulheres em privação de liberdade e das incidências políticas necessárias para visibilizar a situação das mulheres em situação de encarceramento.

O Fórum Cearense de Mulheres é um movimento feminista, antirracista e anticapitalista, composto de feministas independentes e mulheres integrantes de diferentes organizações sociais. O FCM surgiu no contexto da organização de mulheres cearenses para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Igualdade, Desenvolvimento e Paz (ONU, Beijing, 1995), sendo integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras, que é uma organização política feminista, antirracista e não partidária, instituída no mesmo contexto do FCM.

O Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar – EFTA, por sua vez, foi criado em junho de 2000, sendo vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Ceará, atuando na defesa da sociedade contra violações aos direitos humanos, em demandas coletivas ou individuais. Conforme consta no sítio oficial da Assembleia Legislativa, a missão do EFTA é “efetivar o Direito como instrumento em favor da emancipação humana e da paz social. Para isso, procura atuar de maneira que fuja da lógica do assistencialismo, para estar ao lado dos movimentos populares na luta por uma sociedade mais consciente de seus direitos e participativa na realização dos princípios do acesso à Justiça e do respeito à dignidade da pessoa humana”.⁷

Durante a execução do Projeto, além do FCM e do EFTA, foram convidados a atuar em conjunto com o Inegra, em momentos específicos, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidade, Gênero e Família – Nuafro da Universidade Estadual do Ceará – UECE e a Pastoral Carcerária.

O Projeto “Pelas asas de Maat” tinha os seguintes objetivos, a serem realizados ao longo de um ano: conhecer o perfil e a realidade das mulheres em situação de privação de liberdade que cumprem pena no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa – IPF, observando o cumprimento dos direitos humanos; contribuir para formação política das mulheres em privação de liberdade,

⁶ Ver em <https://inegrace.wordpress.com/>.

⁷ Disponível em <http://www.al.ce.gov.br/index.php/institucional/frei-tito>. Acesso em 18 de set. 2016.

quanto às temáticas de gênero, étnico-racial, violência institucional e de direitos humanos; dar visibilidade e promover debates com as mulheres em privação de liberdade, a sociedade civil e o poder público sobre a realidade identificada, denunciando violações dos direitos humanos e construindo coletivamente propostas que assegurem às mulheres a democratização do acesso à justiça.

Nesse contexto, o presente artigo visa apresentar as diversas ações do Projeto Pelas Asas de Maat no Instituto Penal Feminino, focando nos aprendizados compartilhados a partir da vivência semanal com as mulheres em situação de encarceramento no Ceará.

2. O Presídio e as mulheres

Dentre as principais ações do Projeto Pelas Asas de Maat, estavam as atividades de formação política que deveriam ocorrer semanalmente com as mulheres em privação de liberdade, presas provisoriamente ou cumprindo penas no Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa.

Para tanto, foi necessário cumprir algumas etapas preliminares, tais como contatar a Direção do Presídio, a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, que tem atribuição institucional de administrar a política penitenciária no Estado, a Defensoria Pública do Estado do Ceará e organizações não governamentais que já atuavam no IPF, em especial, a Pastoral Carcerária.

Para a imensa maioria das mulheres que estavam diretamente envolvidas na execução do Projeto, integrantes do Inegra, do FCM e do Efta, era a primeira vez que entrariam em um estabelecimento prisional feminino. Diante disso, tudo era novo para muitas de nós, inclusive a realidade de violações a direitos que encontramos.

Inicialmente, o projeto previa a formação de 60 mulheres, divididas em duas turmas de 30. A escolha dessas mulheres que participariam das formações foi um primeiro embate enfrentado entre nós e a administração prisional. Nossa estratégia foi passar de ala em ala e entregar panfletos informativos das oficinas e solicitar que as interessadas preenchessem uma ficha de inscrição, em que falavam dos seus interesses pessoais de participar das atividades do Projeto.

Ao contrário das nossas expectativas iniciais, quase 200 mulheres manifestaram interesse em participar, exigindo de nós um esforço de seleção (o qual, posteriormente, teve que passar pelo “crivo” da Administração da Unidade) e, ainda, um diálogo com o Fundo Brasil de Direitos Humanos para que uma terceira turma fosse aberta, totalizando, assim, 90 mulheres a participarem das oficinas do Maat.

As oficinas de formação política das mulheres em situação de encarceramento ocorriam sempre às quartas-feiras, sendo duas turmas simultâneas, uma pela manhã e outra à tarde, iniciando em novembro de 2015 e outra iniciando em fevereiro de 2016. As formações totalizavam 14 encontros em que eram discutidos os seguintes temas: gênero e patriarcado; relações étnico-raciais; gênero, raça e classe; direitos humanos; direitos humanos, população carcerária e acesso à justiça; sistematização de saberes. A facilitação de cada oficina foi dividida, por aproximação temática, com as militantes do Inegra, do Fórum Cearense de Mulheres e do Escritório Frei Tito de Direitos Humanos.

O local escolhido por nós e negociado com a Direção do IPF funcionava improvisadamente um ginásio poliesportivo, sendo conhecido por todos e todas da unidade como “poliesportivo”. Nossa chegada, sempre às quartas, pela manhã, costumava causar um certo alvoroço no Presídio. Não era comum que mulheres com turbantes na cabeça, carregando tambores, máquinas fotográficas, caixinhas de som e lanches diversos, como tapiocas e *dindins*, visitassem o Presídio. O que era mais comum é que os visitantes que não eram familiares das mulheres em situação de encarceramento usassem paletós ou carregassem Bíblias.

Além do alvoroço motivado pela *estética* das integrantes do Projeto Pelas Asas de Maat, o que nos aproxima das internas, as agentes prisionais tinham que fazer a passagem das mulheres que participavam das oficinas das alas até o “poliesportivo” e isso era sempre considerado, para as agentes, um grande risco.

Durante os meses da nossa atuação no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, identificamos que a palavra de ordem no local é a “segurança”. Em nome dessa máxima, diversas ações são implementadas no presídio, as quais implicam em um estabelecimento de punições e restrições, como a *tranca*⁸, por exemplo, as quais são consideradas simplesmente aleatórias pelas mulheres.⁹

Em nome da máxima da “segurança prisional”, é proibido o ingresso de alguns itens no presídio, como água sanitária e outros produtos de limpeza, liquidificadores, secadores de cabelo, agulhas para costura de roupa, e, ainda, pregadores de roupa. Em nome dessa máxima, exames vexatórios eram

⁸ Tranca é como as internas nominam o local em que são submetidas a punições, quando descumprem eventualmente regras do presídio. Na tranca, as mulheres ficam incomunicáveis, sem banho de sol, cumprindo regime disciplinar diferenciado.

⁹ As mulheres não tinham conhecimento de nenhum ato normativo interno à unidade do IPF que previsse condutas e penalidades específicas, as quais justificariam a tranca, por exemplo. Seguindo elas, qualquer coisa poderia motivar a Direção do Presídio a submetê-las à tranca, desde o fato de serem encontradas com celular nas celas, de ter participado de rebeliões, até mesmo por xingar uma agente prisional ou por estar com suspeita de tuberculose. A falta de regramento claro levava à compreensão de que a atribuição dessas penalidades era simplesmente aleatória.

implementados até pouco tempo atrás, evitando que se entrasse com materiais potencialmente perigosos à administração prisional, enquanto o Estado alegava não ter condições de adquirir equipamento de scanner corporal, o que foi devidamente regularizado no final de 2015.

Nos meses de implementação do projeto, algumas exigências, como apresentação e retenção dos nossos documentos pessoais, revistas, etc., variavam com as agentes que nos recebiam. A passagem das internas das alas até o poliesportivo também variava com as agentes que estavam designadas para o plantão naquele dia, implicando, geralmente, em atrasos ao início das atividades formativas. Sobre esse ponto, vale um destaque.

A administração prisional e a segurança nos presídios são realizadas, antes de tudo, por pessoas, em especial, os e as agentes penitenciários. São eles as pontas de uma cadeia complexa de agentes e atores do sistema de justiça penal, que se inicia, na grande maioria das vezes, por um policial militar, passando por delegados, juízes, promotores, defensores, finalizando nos agentes penitenciários. Todos esses agentes do Estado executam uma tarefa específica no contexto da prevenção e repressão de ilícitos e na execução da pena, que deve ter como foco a ressocialização do preso, ou pelo menos, deveria ter esse foco.

Ocorre que, ao que nos parece, há uma certa indefinição identitária, muitas vezes fomentada pela própria Secretaria de Justiça e Cidadania e pela Secretaria de Segurança Pública, no que se refere à categoria dos agentes penitenciários. As roupas que usam (pretas, com brasão e coturnos), os jargões e o modo de se portar nos parece bastante assemelhado com o *ethos* dos agentes de segurança pública, em especial, as polícias, que, muitas vezes, atuam lado a lado aos agentes em situações de conflito nos presídios.

São os e as agentes prisionais que, muitas vezes, estando em um ambiente desafiador aos nossos princípios, tem que executar ações visando, antes de tudo, a dignidade da pessoa humana, fundamento de existência do estado brasileiro, conforme disposto na Constituição Federal de 1988. São eles e elas que, inseridos em uma sociedade racista, machista, homofóbica e classista, tem que suplantar esses valores, repisados em programas policiaiscos, e garantir que o cárcere não seja uma instituição violadora dos direitos dos presos, já que o único direito que lhes é mitigado com a decisão penal condenatória é a liberdade (art. 3º da Lei nº 7.210/84). Desse modo, devem ser mantidos integralmente o direito à vida, à proteção contra tortura, discriminação, o direito à saúde, à educação, etc.

O Projeto, no entanto, nos fez questionar essa relação mulheres-presídios-agentes prisionais-sistema de justiça criminal, fazendo-nos perceber, a partir da hiper-realidade trazida pela nossa vivência de um ano no IPF, as angústias e os desafios do cárcere, especialmente para as mulheres.

De acordo com o Infopen Mulheres:

As mulheres em situação de prisão têm demandas, necessidades e peculiaridades que são específicas, o que não raro é agravado por histórico de violência familiar, maternidade, nacionalidade, perda financeira, uso de drogas, entre outros fatores. A forma e os vínculos com que as mulheres estabelecem suas relações familiares, assim como o próprio envolvimento com o crime, apresentam-se, em geral, de maneira diferenciada quando comparado este quadro com a realidade dos homens privados de liberdade.¹⁰

A vida das mulheres e as razões da sua prisão são, em geral, desconsideradas nas políticas penitenciárias e pela sociedade em geral. Muito já se pesquisou e escreveu sobre a situação dos presídios, mas geralmente isso é feito a partir de uma ótica masculina. A arquitetura prisional, os grupos que atuam nos presídios, a porcentagens de crimes contra a vida cometidos, a garantia de visita íntima. Tudo isso tem um foco pensado nos sujeitos (homens) que ocupam esses espaços.

Mesmo para os movimentos feministas o tema das prisões na vida das mulheres não era tão relevante como a legalização do aborto, as cotas para candidaturas, o reconhecimento da sobrecarga do trabalho doméstico. Um aumento de mais de 500% da população carcerária feminina, sendo motivado, na imensa maioria das vezes, por conta do real ou suposto envolvimento com o tráfico de drogas, era algo que demandava um mínimo de atenção política também por parte das mulheres do lado de fora dos presídios.

A maioria das mulheres presas por tráfico é usuária de drogas, não exerce gerência do tráfico, foi presa com pequenas quantidades de drogas e/ou fazendo pequeno comércio de drogas. De acordo como Censo Penitenciário do Ceará (2014), 23,51% das mulheres que tem companheiros/as afirmaram que sua prisão tem relação

¹⁰ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres – junho de 2014. Disponível em <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em 18 de set. 2016, fl. 5.

com o seu parceiro; além disso, 46,9% das mulheres encarceradas afirmaram que seu companheiro/a também está preso.¹¹ Diante desses dados, não podemos deixar de refletir sobre as prisões e as mulheres e sobre as desigualdades e violências que se reproduzem, muitas vezes silenciosamente, intramuros dos presídios.

Durante as Oficinas realizadas, muitas realidades foram se impondo, o que nos permitiu enxergar, pelos olhos das mulheres em situação de encarceramento no Instituto Penal Feminino, o cárcere, a Justiça e suas violações, sobre as quais passaremos a discorrer.

Caroline¹², de 19 anos, participante do Projeto Pelas Asas de Maat, interrompeu os estudos aos 14 anos porque teve que cuidar da avó, quem lhe criou, que estava com Alzheimer. Antes de completar 19 anos, recebeu uma proposta de trabalho para sair de Sergipe e trabalhar em Fortaleza com venda de livros. Um dia após ter chegado na capital cearense foi presa acusada de envolvimento em uma quadrilha de clonagem de cartão de crédito. Na audiência de custódia, segundo ela, a juíza nem sequer olhou para ela, não perguntou sua história, e a manteve presa preventivamente no IPF. É ré primária e não possuía nenhum antecedente penal.

Ana foi presa por tráfico de drogas, em uma cidade no interior do Estado do Ceará, quando seu filho mais novo estava apenas com dois meses de nascido. Não lhe foi dado o direito de responder o processo em liberdade, nem tampouco de ficar com o seu filho, mesmo quando foi transferida para o Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa, que fica na região metropolitana de Fortaleza. Segundo ela, “deu até febre” de tanto leite que tinha, sendo que seu filho foi desmamado abruptamente.

Diana estava presa e foi diagnosticada com suspeita de tuberculose. Temendo que outras internas pudessem ser infectadas, a Administração Prisional decidiu transferir Diana da ala onde estava para a tranca, por ser um dos locais mais isolados do IPF e, também, o mais insalubre.

Penha é portadora do vírus HIV e está presa no IPF. A medicação nem sempre chega a tempo e o acompanhamento médico é insuficiente. Muitas das mulheres quando adoecem no presídio, tem que “bater garrafa”¹³ para chamar a atenção das agentes penitenciárias. Nem sempre é atendida ou quando é, posteriormente, sofre algum tipo de punição.

¹¹ CEARÁ. Censo Penitenciário do Ceará 2013-2014. Disponível em http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/Comissoes/CSP/censo_penitencirio_Cear%C3%A1.pdf. Acesso em 20 de set. 2016.

¹² Os nomes das mulheres foram alterados para preservar suas identidades.

¹³ Bater garrafa é como as mulheres chamam o ato de bater as garrafas pet, que usam para armazenar água, nem sempre disponível nas alas, contra as grades das celas e das alas, com o objetivo de obter algum tipo de atenção da administração da unidade.

Maria é jovem e usuária de maconha. Estava uma noite com seus amigos fumando um baseado em um Centro Cultural de Fortaleza, quando foram abordados pelos policiais, que a prenderam por estar com poucas gramas de maconha. Mesmo alegando serem usuários, foram presos. Na audiência de custódia, entretanto, o amigo foi liberado e ela permaneceu presa.

Francisca é hipertensa e diabética, mas tem que comer a mesma comida que é servida para todas as internas no IPF, sempre muito salgada. Já aconteceu casos de vir na comida restos de plástico e de vermes.

Em uma das oficinas, realizamos a dinâmica do “varal das violações”, em que as mulheres iam desenhando ou escrevendo violações a direitos que teriam marcado muito as suas vidas. Reproduzo, a seguir, alguns relatos, preservando o nome das mulheres envolvidas:

“Perdi uma audiência que estava marcada porque não tinha escolta aqui no IPF. Nessa audiência, o juiz poderia ter me liberado, mas meu processo é de Comarca [do interior] que fica a 400 km daqui. Se não tem escolta, não posso sair. Acho que isso é uma violação”.

“Eu perdi minha mãe muito cedo e passei muita necessidade. Comecei a trabalhar com 10 anos em casa de família. Com 16 eu me casei e tive um filho que tem 2 anos. Vai ser aniversário dele daqui a uns dias e eu tô aqui, presa”.

“Eu sou de Manaus e fui presa aqui por tráfico. No meu processo, outras pessoas que foram presas comigo saíram de pulseira. Eu não saí porque o juiz disse que eu não tinha endereço em Fortaleza. Em Manaus tem 3 presídios femininos. Eu podia ficar lá, ser transferida para lá, porque, pelo menos, estaria mais perto da minha família. Mas estou aqui. Então, para mim, o que mais me dói é ter sido separada da minha família. O fato de eu não ter ninguém aqui no Ceará faz com que eu não receba visita e aí eu tenho que ficar mendigando na grade, me humilhando mesmo, por um absorvente, um sabonete, uma pasta de dente. Me sinto muito mal”.

“O pior para mim é que estou aqui presa e tenho um filho deficiente que recebe um benefício e eu sou a curadora dele. Sei que agora ele não pode receber o benefício e nem minha mãe, que é uma senhora de idade e não tem condições nenhuma de cuidar de outra pessoa, ainda mais com deficiência. O juiz do meu caso não viu isso e, agora, eu me sinto muito penalizada”.

“[...] morava num terreno há mais de 7 anos em Itaitinga e aí veio uma juíza e deu uma decisão pra gente sair de lá sem nenhum direito, sem saber pra onde a gente iria. O preço do aluguel lá passou de 150 pra 300, 500 reais. Aí a gente teve que vender droga pra viver. Do lado da minha casa tinha uma fábrica Fortaleza, mas a gente não tinha emprego. Cansei de ir lá e eles fecharem a porta pra mim. Era eu quem sustentava minha família”.

“[Minha maior mágoa foi] eu ser presa com uma semana depois de completar 18 anos e hoje depois de 1 ano e 8 meses ainda estou presa sem ser julgada. Ainda estou no mesmo lugar”

“Quando eu entrei no Auri, as agentes me trataram muito mal. Aquilo me fez sentir muito mal. Paz atrás das grades!”

“Eu passei pelo médico daqui [no IPF]. Ele tem nojo de nós. Parece que nós somos lixo para ele. Achei o atendimento dele muito ruim. Ele nem olha para nós”.

“Minha maior mágoa foi no dia da minha prisão, porque eu sei que errei, mas no dia em que os monstros de preto [policiais] me pegaram eles me bateram tanto que eu me mijei toda. Eram cerca de 12 policiais batendo em mim. Porque o direito deles é prender e não bater. Essa é a minha maior mágoa”.

“Vim para o presídio. Fui presa e tava com três meses (de gravidez), (perdi o bebê) e não fiz curetagem. Isso é injusto”.

“O que mais me magoou aqui foi no dia em que eu passei mal durante uma vistoria e ninguém me ajudou. Foi outra interna que me ajudou. Nenhuma das agentes quis me ajudar”.

“Eu fui tirada do local que sempre frequentava na frente da galera toda, por homens armados como se eu fosse de muita periculosidade. Desde o constrangimento do momento até ter que tirar a roupa pras vistorias... O pior ainda consegue ser aquele policial me dizendo que por características minhas e que nasceram comigo se eu queria ser homem, eu ia apanhar igual a homem. Polícia para quem precisa! Polícia para quem... precisa de polícia!”.

“O que mais me marcou foi no dia em que eu fui presa. A polícia invadiu a minha casa às 2 horas da manhã. Eu estava só de camisola. Eles foram muito cruéis. Fizeram meu filho me vestir porque eu estava algemada”.

“Minha mágoa é viver longe dos meus familiares, pois minha mãe antes de morrer, tanto ela como o meu pai, queriam me ver e eu não pude ir por estar muito distante de onde eles moram e estar presa. Até hoje me sinto culpada por isso. Não consegui realizar os desejos deles, que era tão pouco. Só saudades”.

“Fui abusada pelo meu padrasto quando eu era pequena. Quando minha mãe soube, me expulsou de casa, ficando com ele. Esta é a minha mágoa. Nunca dei parte dele, por amor a minha mãe, caso eu fizesse isso, esquecesse que ela existia. Ainda hoje sou muito triste com isso. Ela continua com ele”.

O relato das mulheres no IPF nos fizeram perceber o quanto em suas vidas houve marcas de violência e violação de direitos que, na imensa maioria das vezes, não receberam nenhum tipo de atenção do Poder Público no sentido se serem

resguardados seus direitos. A violência sexual quando criança, uma reintegração de posse executada sem que as famílias que ocupassem o imóvel tivessem para onde ir e tantos outros relatos foram marcando a vida dessas mulheres. A prisão e o presídio reforçaram essas violações, na medida em que, em vez de atingirem apenas o direito à liberdade, que é mitigado durante o período de cumprimento de pena, tem atingido a saúde, a integridade física das mulheres, sua dignidade enquanto sujeitos de direitos. A pena, para muitas mulheres, tem passado delas para atingir seus filhos e seus dependentes, o que contraria expressamente regras previstas na Lei de Execuções Penais e princípios fundamentais previstos na Constituição de 1988.

Em um exercício de construção da árvore da justiça, foi solicitado que as mulheres indicassem os direitos que elas teriam e os órgãos ou instituições a que elas poderiam recorrer quando seus direitos fossem violados. Prontamente, as mulheres nos disseram que não poderiam realizar o exercício porque não tinham sido apresentadas à justiça: “Justiça? Nós só conhecemos de injustiça!”.

O controle realizado no espaço prisional sobre o corpo das mulheres também vai marcando com profundidade esses corpos. Andar sempre na linha amarela, não falar quando não perguntada; usar tom de voz baixo; andar de mãos para trás e de cabeça baixa; proibição sobre bater palmas e de fazer barulhos. Em um local onde a regra é a superlotação, há um controle sobre quem dorme, onde e como dorme. Esse controle tem o objetivo de gerar corpos dóceis, domesticados, induzindo que aquelas mulheres voltem a ser o que sempre deveriam ter sido: delicadas e do lar.

A ausência de atividades rotineiras, em especial, voltadas a capacitações, tem levado também muitas mulheres a desenvolverem quadros de angústia e depressão, sendo o cárcere uma instituição extremamente penosa às mulheres. Muitas mencionavam chegar nas oficinas “atribuladas”, ou seja, nervosas, agitadas, perturbadas.

À época das primeiras formações, o IPF contava com quase 800 mulheres custodiadas, sendo que mais de 70% delas são presas provisórias e boa parte vem do interior do estado. A distância do Presídio às cidades de origem dessas mulheres acaba dificultando e impedindo o direito de visita de seus familiares, implicando que o cumprimento da pena seja extensivo à família das presas, que perdem seus vínculos.

Embora a Defensoria Pública tenha núcleos que atendem a presos/as provisórios/as e condenados/as, atualmente, apenas duas defensoras estão designadas para atender as mulheres presas provisoriamente e as mulheres que já tem condenação. Salienta-se que essa atuação se restringe aos processos que tramitam na capital cearense. Neste sentido, as mulheres oriundas de municípios do

interior do estado ficam, muitas vezes, sem defesa efetiva, uma vez que não há Defensoria Pública instalada em todos os municípios cearenses, o que leva, inclusive, a atrasos na concessão e perda de benefícios previstos na Lei de Execução Penal.

Tudo isso nos leva a crer que a pena tem sido executada de forma, muitas vezes, contrariando o disposto no art. 3º da Lei de Execuções Penais, que estabelece que “ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”. A lógica que consta no dispositivo é implementada às avessas. A falta de condições do Estado de manter os presídios em condições minimamente adequadas e, ainda, uma compreensão da sociedade de que as prisões, em vez de locais de ressocialização, são depósitos de gente indesejada, leva-nos a um estado de coisas inconstitucionais, em que o Estado pouco age e a sociedade pouco cobra.

Mas nós passamos a cobrar.

Com o tempo, nossa atuação no IPF não podia mais ser apenas de facilitar as oficinas de direitos humanos, racismo e patriarcado para as mulheres em situação de encarceramento. Suas histórias e suas denúncias precisavam movimentar a direção da unidade, os técnicos que atuavam no IPF, e suplantar os muros do Presídio. Foi o que passamos a fazer.

Após algumas oficinas, começamos a coletar as solicitações de atendimento social, jurídico e médico das mulheres e, após cada oficina, íamos pessoalmente dialogar com os técnicos do Presídio para que essas mulheres fossem atendidas. Analisamos também os processos quase todas as mulheres que solicitaram, com exceção dos processos que não estavam digitalizados e que implicavam em um nosso deslocamento para Comarcas do Interior do Estado. Traduzíamos o juridiquês para elas e dávamos informações sobre o estado atual dos seus processos. Articulávamos a atuação da Defensoria Pública e da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares – Renap, nos casos mais graves.¹⁴

Aos poucos, nossa presença foi se impondo, com um papel um pouco mais diferenciado no IPF. Nós fazíamos o controle, mas um controle social pela presença, que de algum modo garantia o respeito aos direitos daquelas mulheres em situação de encarceramento, pelo simples fato de estarmos ali e reafirmarmos que a vida delas importava, e muito!

¹⁴ Em 30 de novembro de 2015, a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares encaminhou o Ofício nº 13/2015 ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, solicitando uma visita ao Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa e denunciando as violações de direitos humanos observadas.

A partir dessa atuação, fomos convidadas a coordenar a 1ª Conferência Livre de Direitos Humanos realizada no Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa em 22 de janeiro de 2016. Na oportunidade, foi construído um documento das internas e entregue à Secretaria de Justiça e Cidadania – Sejus, contendo um relato dos problemas vivenciados pelas internas do Auri Moura Costa, com as respectivas propostas de superação. Assim, relacionou-se as dificuldades relativas ao acesso à água potável, à educação e trabalho, à liberdade de expressão, atendimento de saúde e do serviço social, acesso à justiça, condições sanitárias e de alimentação, dentre outros temas.

Dessa experiência, foi selecionada uma interna que integrou as turmas do Projeto “Pelas Asas de Maat” para participar da Conferência Estadual de Direitos Humanos, podendo fazer a defesa das propostas apresentadas durante a Conferência Livre.

Em 21 de maio de 2016, ocorreu uma série de rebeliões nos Centros de Privação de Liberdade no Ceará, incluindo o Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa, que se prolongaram até o dia seguinte. A principal causa das rebeliões foi a suspensão do regime de visitas como consequência da greve de 24 horas iniciada pelos agentes penitenciários do Estado. Parte da estrutura dos presídios foi destruída e presos foram assassinados. A situação foi relatada no Informe nº 79/2016 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que expressou preocupação pelos atos de violência ocorridos em pelo menos oito Centros de Privação de Liberdade do Estado do Ceará.

Sabendo da notícia, integrantes do Inegra, do FCM e o Efta nos dirigimos ao IPF no domingo, dia 22 de maio, com o objetivo de saber notícias das mulheres, de sua condição de saúde e da situação da unidade. Lá chegando, inúmeros familiares aguardavam para a visita semanal, sem ter certeza se teriam direito a entrar. As internas faziam muito barulho e as agentes prisionais alegavam que não havia segurança suficiente para garantir que houvesse visita naquele dia.

Pela vivência que tivemos com as mulheres, nós sabíamos o quanto as visitas eram importantes, não apenas para garantir a continuidade dos vínculos familiares, dando maiores condições às mulheres de suportar o cárcere. Mas também porque as visitas garantiam aquilo que a administração prisional não oferecia, desde produtos básicos de higiene, como absolventes e sabonetes, até medicamentos. As visitas traziam, ainda, o gosto da liberdade, com comidas preparadas em casa, sucos, refrigerantes e guloseimas que não estavam no cardápio diário do Presídio.

As internas se preocupavam, ainda, em saber e dar notícia aos seus familiares, evitando que o deslocamento, muitas vezes do interior do Estado até a região metropolitana de Fortaleza, fosse em vão.

Nesse contexto de tensão crescente, decidimos entrar na unidade, sem nenhuma escolta, já que as agentes prisionais se negaram a descer até às alas, alegando falta de segurança, e buscamos saber informações das próprias internas, se havia alguém ferida, precisando de cuidados médicos, o que estava faltando, se podíamos pactuar a tranquilidade delas naquele momento pela entrada dos familiares.

Após sabermos que as mulheres estavam há mais de 12 horas sem água e que desejavam a entrada dos familiares, fomos dialogar com a Administração do Presídio no sentido de ser consertado o equipamento que havia sido quebrado, de modo a ser reestabelecido o acesso à água nas alas, além do compromisso de que haveria visita naquele domingo.

Permanecemos no IPF naquele domingo até as visitas entrarem e a água ser reestabelecida. Naquele momento, o Projeto Pelas Asas de Maat foi além de seus objetivos iniciais. A grande diferença é que passamos a nos importar.

Em 02 de setembro de 2016, realizamos, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a Audiência Pública sobre encarceramento de mulheres, sistema prisional e acesso à justiça, a qual contou com a participação de internas do IPF integrantes do Projeto. Nessa oportunidade, foi apresentado um balanço final do projeto e os aprendizados que acumulamos nesse período de sua implementação.

3. Aprendizados além dos muros do IPF

Durante os meses de atuação do Projeto Pelas Asas de Maat no Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa, pudemos vivenciar a percepção de como as prisões são a lente mais realista do modo de funcionamento da sociedade brasileira. Uma sociedade racista, machista e classista.

Para desenvolvermos o Projeto, tivemos que nos capacitar para compreender o sistema de justiça criminal, as discussões de criminologia crítica, com foco na seletividade penal e nos processos de criminalização. Mas nenhum ensinamento e aprendizado foi maior do que o obtido ao partilhar histórias vida com as mulheres em situação de encarceramento.

Houve uma identificação mútua enquanto mulheres, negras, de periferia, lésbicas, bissexuais, heterossexuais. A história dessas mulheres são as histórias de

tantas mulheres com as quais dividimos a luta por uma sociedade mais justa. A diferença talvez tenha sido porque nós, do movimento feminista no Ceará, não tínhamos ainda rompido os muros do Presídio para encontrar essas mulheres que estão lá dentro, por uma questão de tempo e de (in)justiça.

Tal encontro foi tão marcante para o movimento de mulheres que nos provocou a pautar, na data mais importante do calendário feminista – o 8 de Março, o tema do racismo institucional e do encarceramento em massa das mulheres negras e pobres no Ceará. Na nota “É pela Vida das Mulheres! Contra o Racismo Institucional que nos massacra e viola os nossos direitos”, divulgada no contexto do 8 de março de 2016, o Fórum Cearense de Mulheres deu destaque à questão do crescimento alarmante na taxa de encarceramento de mulheres como um dos reflexos das políticas pautadas pelo racismo institucional desenvolvidas pelo estado brasileiro e seus agentes.

Em 10 de julho de 2016, o FCM também realizou uma oficina de fala pública, buscando dialogar com as mulheres que estavam nas filas para visitar seus companheiros e parentes que se encontram em unidades prisionais, destacando os temas da violência contra mulheres, do machismo e do racismo. Ressaltamos, nessa oportunidade, o número considerável de mulheres presas no IPF por tráfico de drogas quando tentavam entrar nas unidades prisionais com o objetivo de levar drogas para os seus companheiros e familiares.

Durante todo o ano de 2016, pautamos o tema do encarceramento de mulheres, com foco nas mulheres negras e empobrecidas, em inúmeros eventos, debates, mesas de discussão, relatando as violências e violações de direitos que as mulheres em situação de encarceramento passam.

O impacto do Projeto pode ser sentido não só pelo acúmulo de discussões e experiências vividas, mas principalmente no modo como o Fórum Cearense de Mulheres tem percebido e complexificado o feminismo que acreditamos e colocamos em prática. A realidade foi se impondo como um fator a alterar os discursos feministas e orientar a lente caleidoscópica com a qual vemos o mundo. A luta pela liberdade e por uma vida mais justa diz respeito a todas as mulheres. E onde quer que elas estejam, nós também devemos estar.

Referências

CEARÁ. Censo Penitenciário do Ceará 2013-2014. Disponível em http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/Comissoes/CSP/censo_penitencirio_Cear%C3%A1.pdf.

INEGRA. Projeto “Pelos Asas de Maat: ampliando o acesso à justiça das mulheres em situação de privação de liberdade no Ceará”, apresentado ao Fundo Brasil de Direitos Humanos, 2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen – junho de 2014. Disponível em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/relatorio-depen-versao-web.pdf>.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres – junho de 2014. Disponível em <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>.